

OS CONCURSOS DE LITERATURA E A PROPAGANDA COLONIAL NOS PRIMÓRDIOS DO ESTADO NOVO

José Luís Lima Garcia *

Resumo: Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura. Esta ciência social permitiu através de géneros tão diversificados (conto, as narrativas de viagem, a novela, a poesia, o romance e o teatro) que as gerações de portugueses do *Estado Novo* pudessem ter tido um conhecimento mais aprofundado do valor das possessões ultramarinas. Foi no contexto desta carência de formação literária que a *Agência Geral das Colónias*, na pessoa do seu Director *Armando Cortesão*, se decidiu pela utilização de uma estratégia de divulgação do Portugal de além-mar, tomando a iniciativa de promover anualmente, a partir de 1926, um Concurso de *Literatura Colonial*, suportado jurídica, política e financeiramente pelo Ministério das Colónias dos regimes totalitários da Ditadura Militar e do Estado Novo que se sucederam ao derrube da 1ª República, em 28 de Maio de 1926.

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial português teria sido, sem dúvida, a literatura que permitiria às novas gerações de portugueses, através de géneros tão diversificados como o conto, as narrativas de viagem, a novela, a poesia, o romance e o teatro um conhecimento mais aprofundado do valor das suas possessões ultramarinas. Não se compreendia como um país que dera a conhecer novos mundos ao mundo, vivendo há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações ditas exóticas, pudesse continuar a deter, exceptuando-se a literatura de viagens dos séculos XV e XVI, uma literatura tão pouco interessada e preocupada com os motivos, as personagens, os enquadramentos paisagísticos e humanos ultramarinos. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos e diferenciados fora tal que nos poderia levar a supor, que dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente fértil no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à riqueza e imensidade das fontes de inspiração. José Osório de Oliveira, escritor e funcionário na colónia de Cabo Verde, num artigo sobre "Literatura Colonial" que escrevera para o *Boletim da Agência Geral das Colónias*¹ considerava que a quase exclusividade da produção literária portuguesa se virava para os livros de erudição e lirismo, evitando ou raramente produzindo obras ligadas à problemática da crítica, do drama e da trama romanesca. Aceitando esta premissa como um estereótipo da psicologia colectiva dos portugueses face à produção literária, Osório de Oliveira concluía que os portugueses, dotados de qualidades como a energia, a paciência e a sensibilidade tinham falta "não de imaginação, como quer Graça Aranha ... mas de espírito lógico tão peculiar aos franceses e tão essencial à análise e à construção duma peça ou dum romance".²

Foi no contexto desta carência literária que a Agência Geral das Colónias, departamento do Ministério das Colónias, sob o patrocínio do seu primeiro Director Armando Cortesão, a partir de 1924, se decidiu pela utilização de mais esta estratégia de divulgação e propaganda do Portugal ultramarino, tomando a iniciativa de promover anualmente um Concurso de Literatura Colonial, suportado jurídica e politicamente pelo respectivo Ministério da tutela, de acordo com a Portaria nº 4:565, publicada pelo Diário do Governo 1ª série, nº 10, de 12 de Janeiro de 1926.³ Esta portaria fazia algumas considerações preambulares importantes para se compreender a filosofia política subjacente a esta iniciativa ministerial de projecção e divulgação da cultura imperial, até então pouco reconhecida e considerada, mesmo no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano,

* Professor-Coordenador do Ensino Superior Politécnico

¹ OLIVEIRA, José Osório de "Literatura Colonial" in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano III, Fevereiro de 1927, nº 20, pp. 25 a 42

² *Idem*, p. 27.

³ Vid. "Serviços da Agência Geral das Colónias - Concurso de Literatura Colonial" in *Boletim da Agência Geral das ...* Ano II, Janeiro de 1926, nº 7, p. 169.

muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. E esta cultura imperial deveria passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros considerandos, o legislador acentuava nesta Portaria a necessidade de "intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa."⁴

Desta forma, a Portaria 4:565 regulamentava, através de dez artigos, as principais formalidades a que os candidatos deveriam estar sujeitos e estabelecia também as datas de abertura e vigência do Concurso, os prémios e o seu valor pecuniário, o número de exemplares e de páginas a entregar. Discriminava, ainda, as instituições que garantiam a idoneidade literária das obras a concurso, bem como o êxito da acção propagandística sobre o património colonial português, na forma de um júri composto por instituições culturais e científicas tão diversas. Integravam esta representação uma Direcção Geral do Ministério das Colónias, cujo representante presidia ao júri, visto a Agência Geral estar dependente como organismo governamental destes serviços. Faziam parte também instituições privadas como a Academia de Ciências e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Este projecto cultural da Agência não visava somente o incentivo da literatura colonial, mas serviria de estímulo à leitura tendo em conta que, apesar da nossa literatura ter valores de projecção universal como Luís de Camões, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, o português não tinha sido por excelência um povo literário. Neste sentido, o Ministério da Instrução, uma outra entidade estatal que apoiava este certame literário, propusera uma verba no orçamento destinada à aquisição de um número significativo de exemplares das obras premiadas, que poderia alternar entre 500 a 1.000 exemplares, a serem distribuídas pelas diferentes escolas e estabelecimentos de ensino público português, da metrópole e do ultramar. Mas, para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta contava, também, a Agência Geral das Colónias com o apoio de outras instituições, nomeadamente privadas, como as empresas e companhias coloniais, que se prestaram a fazer doações pecuniárias que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios. E a adesão fora significativa pois cinco meses após a promulgação do certame em Diário do Governo, já a Agência detinha os montantes financeiros necessários para cobrir os dois primeiros prémios, dos três inicialmente instituídos pela Portaria do Ministério das Colónias.⁵

De entre os subscritores que contribuíram com um maior montante, no valor de 1000\$00, destacaram-se empresas como o Banco Nacional Ultramarino, a Companhia dos Diamantes de Angola, a Companhia do Petróleo de Angola, a Companhia do Príncipe e a Sociedade Agrícola Vale Flor. Com um valor inferior, de apenas 100\$00, destacaram-se, apenas, duas companhias, a do Caminho de Ferro de Benguela, em Angola, e a do Búzi, em Moçambique, perfazendo o total destas contribuições pecuniárias a quantia de 7 250\$00, verba suficiente para cobrir a importância dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para a atribuição de um terceiro, ou ainda de um prémio *ex aequo*, situação muito comum de encontrar nestes concursos de literatura. A aposta destas empresas numa competição literária, apesar de arriscada, fora feita com a ideia amadurecida de que a literatura poderia ser o melhor veículo para a publicidade de gentes, produtos e regiões tropicais, donde provinham muitas das matérias-primas com que laboravam. O impressionismo de cores, aromas e paisagens voluptuosas e exuberantes poderia ser a forma mais humanizada de publicitar as potencialidades económicas de uma região desconhecida.

Como afirmava o redactor do jornal *Le Monde Colonial Illustré*, de Abril de 1926⁶, num artigo em que questionava a validade e o interesse da literatura colonial, nada melhor do que uma paisagem para amenizar a aridez dos números e da estatística que ilustravam as obras de divulgação económica: "quem duvidaria, por exemplo, do poder de evocação, de penetração psicológica, de confraternização com as raças, com a paisagem mesmo, que possui uma página *de Loti sobre a Índia*, poder de que nenhum filme dispõe?"⁷ Por outro lado, a ideia do Agente Geral das Colónias ao ter patrocinado este Concurso de Literatura Colonial tivera ainda a vantagem de incentivar

⁴ *Idem*.

⁵ Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria 4: 565, deveriam ser, respectivamente de 5 000\$00 e 2500\$00 para os dois primeiros classificados, podendo, no entanto, o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou, em alternativa, criar, ainda um terceiro prémio. Vid. "Serviços da Agência Geral..." in *Idem*, Ano II, Janeiro de 1926, nº 7, p. 170.

⁶ "Para que serve a literatura colonial" in *Le Monde Colonial Illustré*, Abril de 1926, transcrito pela "Secção Estrangeira - da Revista da Imprensa Colonial" in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Junho de 1926, nº 12, pp. 230 e 231.

⁷ "Para que serve a literatura colonial" in *Le Monde Colonial Illustré*, Abril de 1926, transcrito pela "Secção Estrangeira..." in *Idem*, Ano II, Junho de 1926, nº 12, p. 230.

o interesse dos magistrados, dos militares e dos funcionários civis portugueses para escrever sobre estas possessões, não apenas relatórios oficiais, mas também obras literárias. Estas deveriam pois reflectir o ambiente e os usos e costumes das populações destes domínios ultramarinos, situação essa quase inexistente desde o princípio do século XIX o que, na opinião do escritor e publicista Carlos Selvagem, fora “um sistema flagrante da nossa decadência de Nação Colonizadora”.⁸

De acordo com este escritor, haveria “um magro espólio a inventariar” de entre aqueles autores que se dedicaram a descrever paisagens e a interpretar emoções e sentimentos das populações autóctones do ultramar português. A este propósito, interrogava-se por que não teria produzido Cabo Verde, arquipélago crioulo a meio caminho entre a Europa e a África, uma literatura semelhante à produzida pelos territórios crioulos franceses das Antilhas e das ilhas Reunião? Por que motivo só um oficial de marinha, como Wenceslau de Moraes, escrevera um único livro sobre as impressões de Macau, que intitulara genericamente *Traços do Extremo Oriente*? Por que razão é que um poeta da craveira de Camilo Pessanha tenha tido, apenas, ao longo de uma permanência longa em Macau, uma só poesia em que se referia directamente à China? E a Índia, não seria mais do que aquela paisagem agreste e primitiva que nos queria fazer crer Cunha Rivara, na sua descrição impressionista eivada de rugidos “do tigre mosqueado, do bramir do búfalo espantadiço, do silvo agudo das cobras de mil espécies?”.⁹ Para Carlos Selvagem, deste “magro espólio a inventariar”, aproveitar-se-iam, apenas, os livros de viagem dos sertanejos Roberto Ivens, Brito Capelo e Serpa Pinto; os relatórios de governantes e colonialistas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque donde poderiam ressaltar, por momentos, em oposição à literatura hermética de descrições e rotinas administrativas, uma outra, muito mais luminosa e propensa para a descrição de costumes e paisagens pouco vulgarizadas. Para além destas raras obras, onde permanecera subjacente uma mentalidade colonial, Carlos Selvagem pouco mais inventariara sobre literatura contemporânea ultramarina, exceptuando-se, como confirmação da regra de que nada mais conhecia em língua portuguesa, para além do exotismo orientalizante dos livros as *Paisagens da China e do Japão* e dos já referidos *Traços do Extremo Oriente*, de Wenceslau de Moraes, os livros de poesia sobre Timor de Osório de Castro, a *Terra de Lenda*, do médico e governante colonialista Brito Camacho, a *África Nostra*, de Augusto Casimiro, do mais vivo e colorido impressionismo literário africano, as *Memórias dum caçador de Elefantes*, de J. Teixeira de Vasconcelos, um destemido explorador de savanas, da genuína mansão dos Pascoais de Amarante, as escassas obras de Leote do Rego e de Brás de Oliveira e as crónicas de viandante do jornalista e repórter Norberto Lopes. Apesar deste pobre panorama literário traçado por este escritor, em relação às possessões ultramarinas portuguesas da segunda metade do século XIX, o escritor José Osório de Oliveira, embora considerando parca a literatura africana, admitia que Angola ainda fora a colónia que mais inspirara os escritores portugueses. Deste modo, o livro de Augusto Casimiro, *África Nostra*, poderá ser considerado como exemplo da obra que se referia às paisagens e costumes desta possessão atlântica, durante a delimitação de fronteiras. Osório de Oliveira não considerava verdadeiramente literário um outro livro que se referia, também, a esta colónia, intitulado *Por Terras de Angola*, escrito por D. João Evangelista de Lima Vidal sobre a problemática da missionação em terras do Ultramar, questão ainda não aproveitada pelos escritores portugueses, mas já largamente desenvolvida em França pelos seus intelectuais colonialistas. Um outro livro, escrito por Hipólito Raposo, sobre a capital de Angola, Luanda, a que este advogado integralista pusera o título de *Ana a “Kalunga” (os filhos do mar)*, retratava episódios do passado desta colónia, com o rigor histórico e um considerável talento literário, em capítulos de nítida evocação local como “A rainha Ginga”, “A máscara do leopardo” e “Morte do Mukongo Vonene”. Depois da perspectiva do militar e do jurisconsulto, faltava somente a do colono, para se ter uma ideia mais completa da maior colónia de ocupação portuguesa em África.

Esta visão literária da obra realizada no sul de Angola, através da ocupação, colonização e catequização, tal como Portugal a tinha realizado no século anterior no Brasil, premiara o talento literário do antigo militar, posteriormente transformado em professor e escritor, Gastão de Sousa Dias, com a sua obra *África Portentosa*, premiada pelo concurso literário da Agência Geral das Colónias. Mas estes casos literários excepcionais aliados aos títulos *Ninho d’Águias*, de Carlos Selvagem, *O D’Aquém e D’Além*, de Eduardo Pimenta e as obras de Brito Camacho

⁸ SELVAGEM, Carlos “Literatura Portuguesa de Ambiente Exótico”, conferência realizada no salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, a 18 de Junho de 1925, transcrita pelo *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Fevereiro de 1926, nº 8, pp. 3 a 16, especialmente, p. 3.

⁹ Vid. MARTINS, José F. Ferreira “A Índia Portuguesa através da sua actividade literária” in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Setembro de 1926, nº 15, pp. 64 a 69, especialmente, p. 64.

Pretos e Brancos e a *Derrocada do Império Vátua*, sobre Moçambique, pouco mais acrescentavam à literatura ultramarina de um povo que fora pioneiro em aventurar-se por terras estranhas e desconhecidas. Interrogar-nos-emos, portanto, sobre as razões que teriam levado uma elite nacional a ignorar ou a dar tão pouca importância às potencialidades desta geografia física e humana considerada exótica, para recriar situações e tecer intrigas romanescas de profusa e impressionista documentação humana, na expressão feliz do romancista Balzac, quando se referia às personagens literárias que ele próprio criara. As causas para esta importante lacuna na divulgação literária dos usos e costumes do colonizado advieram, na opinião do escritor Carlos Selvagem, da decadência da Nação portuguesa, que não soubera, depois do esplendor imperial dos primórdios da época Moderna, dar seguimento a uma florescente corrente literária dos séculos XVI e XVII. Corrente esta ligada à problemática das viagens marítimas, quer na perspectiva de simples e rotineiros diários de bordo, que ilustravam o quotidiano dos marinheiros no alto mar, quer na perspectiva de elaboradas e eruditas crónicas de navegação e conquistas, cujo expoente máximo se traduzira na complexa e bela epopeia de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, qual "bíblia" nacionalista de navegadores e aventureiros.

Ao contrário de Portugal, as outras potências marítimas concorrentes como a França, Holanda e Inglaterra detinham uma literatura colonial florescente, quer pela contribuição de individualidades de relevo como Claude Farrère, Rudyard Kipling, Pierre Loti, quer pela existência comprovada de um plano de propaganda apoiado e financiado pelo próprio Estado. Deste modo, as possessões ultramarinas portuguesas não despertaram nas elites colonizadoras de intelectuais pretexto para explorar ambientes e tendências estéticas necessárias à criação, segundo Carlos Selvagem, de "uma consciência nacional e uma certa unidade moral colectiva"¹⁰, que sirvam de suporte à preservação e projecção do património imperial herdado do século XVI. Inclusivamente até o Portugal de oitocentos, seguindo à letra a influência romântica importada de países anglo-saxónicos, renegara os valores dos Descobrimentos marítimos de quinhentos apegando-se à tradição histórica medieval anterior. A excepção honrosa a este silenciamento, sobre a importância do património colonial português e da sua urgente ocupação e transformação, foi a do marquês de Sá da Bandeira, militar e político prestigiado, que clamara por um País grande e imperial, em oposição aquele rústico e continental apregoado pelo republicano Basílio Teles, na sua obra *Estudos Históricos e Económicos*, publicada em 1901. Para Carlos Selvagem, o século XIX português teria sido, pois, o responsável por todo este factor de decadência imperial porque fora um "século de lutas estereis e de ruínas - século que, a bem a dizer, foi boceta de Pandora, de todas as catástrofes nacionais - a Metrópole não fez das suas colónias senão um vago e remoto lugar de segredo, um imenso presídio de forçados, o saguão dos seus lixos sociais".¹¹

A prossecução de um plano de acção propagandística passaria então pelo cultivo destes valores espirituais e morais da nacionalidade, representados pelo incentivo a uma literatura e cultura diversificadas, de acordo com o âmbito de uma geografia imperialista portuguesa repartida pelo Mundo. Foi, pois, nesta perspectiva, que a Agência Geral das Colónias promovera este concurso de Literatura Colonial que, embora regulamentado para estar aberto pelo espaço de um ano, excepcionalmente estivera, na sua primeira edição, apenas aberto pelo espaço de seis meses, o que não impedira que mesmo assim tivessem concorrido cinco obras cuja acta, lavrada a 29 de Julho de 1926, nos dava conta dos títulos e individualidades que pela primeira vez haviam concorrido a esta manifestação de cultura e propaganda colonial. As obras a concurso foram as seguintes: Manuel de Brito Camacho com *Pretos e Brancos*¹²; Morais e Castro e Pereira Cardoso com *Uma viagem às Colónias Portuguesas*; Fernanda de Castro com *Mariazinha em África*; Gastão de Sousa Dias com *África Portentosa* e Amável Granger com *Facetas de Angola*. O júri, deste primeiro concurso literário, presidido pelo Dr. Artur Tamagnini Barbosa, em representação do Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, integrava, ainda, o Dr. Francisco Reis Santos, representante da Sociedade de Geografia de Lisboa, o major Leite de Magalhães, em nome das empresas subscritoras dos prémios, o Dr. Sousa Costa, pelo Ministério da Instrução, os Drs. Fidelino de Figueiredo e Coelho de Carvalho, pela Academia de Ciências de Lisboa, e o Dr. Armando Cortesão representando a Agência Geral das Colónias. Postas em análise as obras a concurso, concluiu o júri que de todas as admitidas, não poderia ser considerada *Mariazinha em África*, da escritora Fernanda de Castro, porque não cumpria com o estipulado no

¹⁰ SELVAGEM, Carlos "Literatura Portuguesa de ambiente exótico", *Idem*, Ano II, Fevereiro de 1926, nº 8, p. 10.

¹¹ SELVAGEM, Carlos "Literatura Portuguesa de ...", *Idem*, p. 13

¹² Esta obra de CAMACHO, Brito, classificada com o segundo prémio, deste primeiro Concurso de Literatura Colonial, vem no seguimento de uma outra obra já publicada pelo autor, *Terras de Lenda*, que, segundo Armando Cortesão, só poderia engrandecer "indiscutivelmente, a literatura colonial portuguesa, pois, lêem-se de um fôlego, e devem figurar em todas as boas bibliotecas coloniais". Vid. "Serviços da Agência Geral das Colónias - Primeiro Concurso de Literatura Colonial" in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Agosto de 1926, nº 14, pp. 153 e 154.

artigo 5º, da portaria nº 4: 565, de 9 de Janeiro de 1926, que considerava que as obras tinham de ser apresentadas "em oitavo, não podendo ter mais de 400 nem menos de 200 páginas impressas".¹³ Assim, foi atribuído o 1º Prémio ao livro de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2º Prémio sido atribuído a Manuel Brito Camacho, com *Pretos e Brancos*.

Segundo o representante da Agência Geral das Colónias Armando Cortesão, o livro premiado de Gastão de Sousa Dias, antigo oficial do exército e professor do Liceu da Huíla, consagrava a obra de ocupação e colonização de Portugal, no sul de Angola, região bem conhecida do escritor pois na cidade de Sá da Bandeira, antiga Lubango, exercera funções docentes até ao ano de 1952, altura em que passara à situação de reforma. Descrições dos "Areais de Moçâmedes" no litoral do deserto da Namíbia, por onde entraram os primeiros colonos madeirenses que povoaram o planalto da Huíla; "Os enforcados de Naulila", as vítimas do incidente na fronteira com o Sudoeste Africano, durante os confrontos entre portugueses e alemães ocorridos na 1ª Guerra Mundial; "O Padre Antunes" missionário da Congregação do Espírito Santo, radicado na missão da Huíla, um dos responsáveis pela evangelização do sul de Angola, a partir de finais do século passado, construíram, na opinião de Armando Cortesão, "páginas das mais belas da literatura portuguesa que qualquer consagrado escritor se honraria assinando, tal é a excelência da prosa, a beleza da concepção, a elegância descritiva, a inspiração e o patriotismo que as animam".¹⁴ O segundo prémio, atribuído ao médico e também antigo Alto Comissário em Moçambique Manuel de Brito Camacho, distinguiu o mesmo carácter impressionista de narrativa literária, idêntica à obra premiada de Gastão de Sousa Dias, só que descrevendo agora uma viagem feita por esta personalidade, na condição de alto magistrado da colónia do Índico, numa interessante narrativa que segundo o Agente Geral das Colónias se assemelhava a um "cinema de títulos bem comentados, em que se vê passar uma parte daquela nossa importante colónia".¹⁵ Após a distribuição dos prémios deste primeiro concurso literário, respectivamente, de 5 000\$00 e 2 500\$00, tinha restado um saldo positivo de 1 650\$00, valor excedentário que o júri deliberou, conforme constava da Acta, endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar da forma mais conveniente na divulgação do próximo Concurso de Literatura Colonial. O Dr. Agostinho de Campos, antigo director geral da Instrução Pública, referindo-se à oportunidade deste concurso, numa entrevista dada ao jornal *Diário de Notícias*, de 5 de Janeiro de 1929¹⁶, considerava útil esta iniciativa da Agência Geral das Colónias, mas julgava também que se deveria, para esta iniciativa crescer, aperfeiçoar os seus moldes de organização aumentando em qualidade e quantidade o montante dos prémios. Para esta personalidade, o grande perigo que ameaçava constantemente a integridade do império colonial era a indiferença da opinião pública portuguesa face ao seu património territorial: "indiferença política, indiferença económica, indiferença financeira, indiferença educativa ou pedagógica - indiferença quase total".¹⁷

Em França, já em 1909 se discutia a razão de existência de uma verdadeira literatura contemporânea colonial que tivesse por objecto uma mundivivência completamente diferenciada da literatura produzida até então nas metrópoles europeias, e que se passara a interessar por novas situações geográficas e etnológicas, muito embora o preconceito etnocêntrico ainda continuasse a perdurar no inconsciente de grande número destes novos intelectuais e literatos. Bastaria para tal interpretar as palavras do coronel francês De Martonne, no seu livro *Le savant colonial*, para concluirmos como estes romancistas da raça continuavam a considerar a supremacia branca, em relação a outras etnias que colonizaram o hemisfério sul: "Interposta na nossa conquista colonial, a ciência contrabalançará, até certo ponto, o mercantilismo que surge de todos os lados. É indispensável que se pratique a ciência no meio dos negros e para eles, por meio de uma elite que possua a exacta consciência do papel espiritual que o branco incarna diante da atenção agora mais viva dos indígenas".¹⁸ Nesta literatura de temática nova, onde os autóctones continuavam a ser tratados como "crianças grandes" a palavra exotismo era associada com frequência à temática de aventura e esta com a mística da história da dominação sobre o indígena considerado

¹³ "Serviços da Agência Geral ..." in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Agosto de 1926, nº 14, p. 156.

¹⁴ CORTESÃO, Armando "Serviços da Agência Geral ..." in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano II, Agosto de 1926, nº 14, p. 153.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Vid. "Concursos de literatura Colonial", notícia transcrita pela secção de "Informações e Notícias", do *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano V, Fevereiro de 1929, nº 44, p. 214.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ Na Bélgica, segundo o jornal belga *L'Essor Colonial et Maritime*, publicado em Bruxelas, em Novembro de 1927, o desenvolvimento deste tipo de literatura tinha sido benéfica ao estímulo de aspirações nacionalistas vocacionadas para a causa da expansão ultramarina. Vid. "O último concurso de literatura colonial" in jornal *L'Essor Colonial et Maritime*, Bruxelas, Novembro de 1927, nº 311, transcrito pelo *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano III, Dezembro de 1927, nº 30, p. 229.

ainda primitivo. A palavra “exótico” era, pois, um importante elemento lexical para partir para a investigação e estudo desta literatura, mista de curiosidade e de superioridade, de nostalgia pelo desconhecido, de piedade e compaixão pelo “bom selvagem” e de ânsia pela aventura romanesca. E este coronel sintetizava o seu pensamento, assente neste paternalismo neo-rousseauiano, com a seguinte afirmação sobre esta nova literatura: “É difícil permanecer indiferente ante a sua criação, qualquer que ela seja: e os indígenas são criações eloquentes que resumem ao mesmo tempo o que podem ser e o que nós mesmos somos”.²⁰

E no despertar desta literatura colonial, feita de estórias indígenas ingenuas muitas vezes perspectivadas pelos romancistas e escritores colonialistas com uma visão dos costumes europeus, distinguira-se a actuação de Armando Cortesão e a sua influência para que esta modalidade literária fosse incentivada e promovida. Assim, desde Janeiro de 1926, altura em que o regulamento oficial saíra em Diário do Governo, estes concursos passaram a fazer-se todos os anos, contando-se em 6 certames e em 55 o número de trabalhos submetidos durante o mandato de Armando Cortesão, tendo ultrapassado os 50 000\$00 o montante de prémios distribuídos, para os dois primeiros lugares, respectivamente, no valor de 5 000\$00 e 2 500\$00.²¹ No último certame realizado ainda durante a direcção do Dr. Cortesão, em Novembro de 1931, submeteram-se à apreciação do júri as seguintes obras e autores: *Adão e Eva*, de Maria Amélia; *Bacomé Sambu*, de Afonso Correia; *A Colmeia*, de César Ramos, *O Caminho do Oriente*, Jaime do Inso; *História do Nosso Tempo* e *O Velo d'Oiro*, de Henrique Galvão, e as obras de Teófilo Duarte, *Timor e o Rei de Timor*. Destas obras a concurso, somente três foram premiadas: *O Velo d'Oiro*, do tenente Henrique Galvão, *O Caminho do Oriente*, do comandante Jaime do Inso e *Poetas e Prosadores*, de Ferreira Martins.

A obra classificada em 1º lugar era uma novela cuja trama se desenrolava no distrito da Huíla, divisão administrativa de Angola bem conhecida do autor tenente Galvão, pois nela já tinha exercido as funções de Governador. Literariamente falando, *O Velo d'Oiro* é uma obra que revelava já um bom potencial narrativo remetendo o leitor para uma expectativa permanente, e criando uma ambiência de optimismo só possível numa região planáltica, onde o clima e o solo não afugentavam o colono da prática da agricultura, à semelhança aliás das condições materiais usufruídas na metrópole portuguesa. Em segundo lugar, classificara-se o livro do comandante Jaime do Inso, *O Caminho do Oriente*, que retratava a vivência de um oficial da Armada transposta para a trama ficcional de dois jovens comerciantes, que planearam uma viagem a Macau em negócios, narrando-se gradualmente as diversas etapas da digressão, desde a Europa até ao longínquo Macau, no Mar da China. Nesta cidade do “Santo Nome de Deus”, os personagens vão conhecer todos os seus meandros e actividades económicas apercebendo-se, ao mesmo tempo, da oposição que havia entre a civilização ocidental dos administradores portugueses e os pressupostos culturais orientais da maior parte da sua população residente. Este enredo entre duas culturas tão opostas serviria para criar um pouco mais de *suspense*, na forma de um idílio, entre um dos viajantes e uma jovem autóctone que aparecera no destino destes caminhanes do Oriente. O terceiro prémio atribuído ao publicista e colaborador do jornal *A Província de Angola* e administrador da Imprensa Nacional de Luanda, Ferreira Martins, fugira um pouco ao âmbito dos dois primeiros premiados, pois não abordava o género novelesco, mas um conjunto de biografias de vultos históricos que devotaram a sua vida à colónia da Índia, e que o autor intitulara *Poetas e Prosadores* contribuindo com esta obra e com *Fulgores do Oriente*, premiada também no ano anterior, em 1930, para dignificar a história colonial da ocupação portuguesa nestas paragens remotas da Índia.

Na Acta da reunião do júri deste “VI Concurso de Literatura Colonial”, lavrada em 26 de Novembro de 1926, Armando Cortesão, em representação da Agência Geral das Colónias, propusera, dada as limitadas recompensas pecuniárias dos prémios e o mérito de algumas obras não premiadas, que fosse criado um “diploma de honra” para ser conferido, não só às obras premiadas no presente concurso, mas também a algumas outras que se reconhecessem merecedoras duma distinção, a ser atribuído pelo Ministério das Colónias. Propusera, ainda, o Director da Agência que os prémios deste VI Concurso pudessem ser entregues numa sessão solene, possivelmente a realizar-se na Sociedade de Geografia com a presença do Ministro das Colónias. Estas duas propostas foram aprovadas por unanimidade, pelo estímulo que passavam a dar aos concorrentes a este prémio de literatura colonial.

¹⁹ “O momento da literatura colonial”, artigo de GOYAU, Georges da Academia Francesa, publicado em *Les Annales Coloniales*, Paris, nº 113, e, transcrito pela “Revista da Imprensa Colonial (Secção Estrangeira)”, do *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano VII, Agosto / Setembro de 1931, nºs 74 / 75, pp. 321 a 323, especialmente, p. 322.

²⁰ *Idem*, p. 323

²¹ “Concurso de Literatura Colonial” in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano VII, Novembro de 1931, nº 77, pp. 148 e 149.

Dos premiados, nestas seis edições do "Concurso de Literatura Colonial" patrocinado pela Agência Geral das Colónias entre 1926 e 1931, deveremos destacar a figura de um dos autores mais reconhecidos neste concurso, Julião Quintinha. Autodidacta, que começara por ser operário na sua terra natal, Silves, no Algarve, e que mais tarde fundara um semanário de grande circulação, o *Alma Algarvia*, que o levaria a entregar-se de vez a este *métier* do jornalismo, tornando-se redactor posteriormente do jornal o *Século*, de Lisboa, tendo desempenhado as mesmas funções, sucessivamente noutros jornais dessa cidade como o *Actualidades*, o *Diabo*, o *Diário Liberal*, o *Diário Popular* e a *Mala da Europa*, tendo chegado mesmo a redactor - chefe de jornais como o *Diário da Tarde*, o *Jornal da Europa* e a revista de *Turismo*. E foi numa longa e extenuante viagem profissional, que demorara mais de dois anos às colónias portuguesas e inglesas da África Austral e Oriental, ao serviço do *Jornal da Europa*, que tivera oportunidade para publicar reportagens dos aspectos que vira em S. Tomé, Angola, Moçambique, Egipto e União - Sul - Africana, e encontrar a inspiração literária para em tão curto espaço de tempo conseguir arrecadar três prémios, em diferenciados concursos de literatura organizados pela Agência Geral das Colónias. Aliás, o próprio Agente, num artigo que escrevera para o Boletim, a propósito deste "Quinto Concurso de Literatura Colonial", lhe prestara homenagem, salientando que "Julião Quintinha, um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa, veio pela terceira vez ao Concurso de Literatura Colonial. No terceiro concurso, em 1928, conquistou o terceiro prémio com a sua "África Misteriosa"; no quarto, em 1929, obteve o segundo prémio ex-aequo com Augusto Casimiro, com o seu "Oiro Africano" que constitui a 2ª parte da "África Misteriosa"; agora, alcançou triunfalmente o primeiro prémio com o seu admirável livro "A Derrocada do Império Vátua". Não será isto a sua definitiva consagração como escritor colonial?"²²

Deste modo, a obra *A Derrocada do Império Vátua* foi um romance colonial muito bem concebido sobre um dos acontecimentos mais heróicos da história colonial portuguesa, e até nacional, na opinião deste funcionário superior do Ministério das Colónias a ponto de, como meio difusor e de propaganda desta "folha de ouro" da história da ocupação do sul de Moçambique, dever ser traduzido para outras línguas de maior divulgação, nomeadamente, o alemão, o francês e o inglês. O próprio júri, deste "Quinto Concurso", que atribuiu o primeiro prémio à obra sobre os Vátuas fora unânime em considerar este livro como o melhor daqueles que estavam a concurso, mesmo com a observação do Dr. Reis Santos, elemento do júri em representação da Sociedade de Geografia de Lisboa, "de que, embora a nenhum livro desse o primeiro prémio, este se distanciava das outras obras apresentadas ao Concurso".²³ Será interessante também analisar o que Francisco Toscano e Julião Quintinha afirmaram, no prólogo desta obra, sobre o reforço da mística imperial portuguesa que, nos primórdios do século XX, ainda se entretinha com a pacificação e ocupação de populações nativas que continuavam a resistir ao domínio desse povo europeu, por incúria militar e administrativa. A este propósito, os autores do livro premiado em 1931, no Concurso literário da Agência Geral das Colónias, afirmavam que "a época tumultuária da política colonial desenrolada entre 1890 e 1898 já fica distante; e dos que hoje contemplan o formidável país que se está criando na Província de Moçambique, nem todos sabem quantas vergonhas se calcaram, quantas afrontas se receberam, quanto esforço e heroísmo duma minoria de homens foram necessários para enfrentar o golpe e deter as aguçadas garras que ameaçavam esta terra portuguesa".²⁴

Ao assumirem os perigos da época conturbada do colonialismo português, no final do século XIX, face à concorrência imperial britânica na região, estes autores não descuravam que a nova conjuntura do século XX, logo a seguir à 1ª Guerra Mundial, embora melhor, fosse desfavorável às pretensões imperialistas de uma pequena potência europeia como Portugal. A este respeito, os autores da *Derrocada do Império Vátua* consideravam que "muito ao longe, se esboçam novas investidas, umas vezes revestidas das sonoras fórmulas que pretendem exprimir expansões económicas de vago e hipotético interesse mundial, outras mascaradas com a mais grosseira e mentirosa filantropia".²⁵ Esta previsão de uma nova perspectiva conjuntural para a história da colonização europeia em África, passado que foi o período da ocupação militar e da resistência das populações autóctones, projectava uma nova forma de encarar estas possessões por parte dos portugueses, que deveria passar já não, na opinião dos premiados, por uma exaltação nacionalista de intuítos e reminiscências guerreiras, mas por uma outra

²² Vid. "Quinto Concurso de Literatura Colonial", na secção "Informação e Notícias" do *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Abril de 1931, nº70, pp. 161 a 167, especialmente p. 162.

²³ *Idem*, p. 166.

²⁴ Vid. "Prólogo" do livro de TOSCANO Francisco e QUINTINHA Julião, *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Editor Nunes de Carvalho, 1930, pp. 9 a 21. Vid., também, "Quinto Concurso de Literatura Colonial" in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Abril de 1931, nº 70 pp. 98 a 104, especialmente p. 98.

forma de nacionalismo que apelaria mais pelo ferro das alfaias, do que pelas espingardas e canhões da conjuntura colonialista anterior. Esta atitude realista de Toscano e Quintinha de assumirem a ocupação colonial pela via pacífica do progresso agrícola, embora não desdenhando o passado militar heróico dos seus concidadãos, permitia cativar o aplauso do júri deste prémio literário da Agência Geral das Colónias, a maior parte dele constituído por personalidades ligadas às letras e à problemática colonial, desde o tempo da Monarquia, mas reciclados na corrente republicana de um colonialismo federalista, cuja parte mais evidente neste júri dessa idiossincrasia seriam os elementos do Ministério das Colónias, representados pelo Director Geral interino dos Serviços Centrais deste Ministério Engenheiro Ernesto Navarro, e pelo Agente Geral, Dr. Armando Cortesão.

Não renegando os novos ideais de colonização, saídos do Tratado de Versailles de 1919, os autores premiados eram personalidades díspares: uma, Julião Quintinha, provinha da metrópole colonizadora, dos meios jornalísticos com domínio sobre a narrativa escrita; outra, Francisco Toscano, residente na colónia de Moçambique há mais de trinta e quatro anos, pródiga de uma memória feita do conhecimento oral da história recente das campanhas de pacificação e submissão dos Vátuas. Ambos, não ousaram desprezar o mito de Mouzinho de Albuquerque em Chaimite, no sul de Moçambique, com toda a carga ideológica de um nacionalismo heróico e exaltante que num livro de simples narrativas históricas poderia ser útil realçar, reforçando, na memória das novas gerações de colonos de Moçambique, as tais referências como paradigma à construção de uma nova fase de dominação, mais pacífica, desta colónia portuguesa no Índico.

E, se dúvidas pudesse haver, quanto a este desiderato, bastará apenas interpretar as considerações preambulares que os mesmos autores fizeram, em relação ao papel de Mouzinho de Albuquerque face à prisão e subjugação de Gungunhana, um dos últimos resistentes, em Moçambique, à soberania de Portugal nestas paragens. Deste modo, Toscano e Quintinha, consideravam como válidos os seguintes pressupostos, que passaremos a analisar: "o estabelecimento dos Vátuas na África Oriental é posterior à ocupação dos portugueses e foram eles os invasores de terras pertencentes a Portugal".²⁶ Neste primeiro considerando, estes escritores colonialistas generalizaram migrações continentais de povos bantos com migrações oceânicas de povos europeus de origem muito diferenciada provindos de uma mistura râmica de celtas nórdicos, com iberos vindos do sul. Desta forma, será abusivo considerar que povos oriundos do continente africano pudessem ser considerados estrangeiros dentro do seu próprio continente; "O aniquilamento dos Vátuas e do seu potentado Gungunhana, além de ser provocado por este, era inadiável necessidade política para manter a Soberania de Portugal".²⁷ Constatava-se nesta segunda consideração que o aniquilamento dos Vátuas foi uma solução política inadiável para Portugal manter a sua soberania nesta zona de Moçambique. Menos clara seria a argumentação destes escritores face ao início das hostilidades entre vátuas e portugueses pois, como está comprovado historicamente, Portugal até às directrizes emanadas da Conferência de Berlim em 1885, pouco ou nada fizera para estender os seus direitos de descoberta ao *hinterland* africano, que deixara à mercê da autoridade tradicional destas populações autóctones. Deste modo, não seria para estranhar que "para os abusos e prepotências do Gungunhana e arremetidas duma quadrilha estrangeira, muito concorreram a inércia e estagnamento da política colonial dessa época".²⁸ A concorrência imperial servia-se, assim, do poder tradicionalmente representado pelas autoridades locais africanas para enfraquecer as estratégias de dominação do rival europeu. A situação conturbada do regime monárquico em Portugal, com uma instabilidade estrutural económica, social e política permanentes, impediram, conjuntamente com factores exógenos, como o ultimato imposto pela Inglaterra em 1890, a revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891 e o tratado anglo-alemão de 1898 para a partilha das colónias, que uma sistemática política colonial fosse adoptada para as possessões portuguesas, nas suas múltiplas vertentes de organização administrativa, financeira e sobretudo militar. Desta forma, consideravam Toscano e Quintinha que "se não fora o pensamento pessoal de Mouzinho, um dos primeiros que se aperceberam daquela necessidade, e a sua decisiva acção contra os Vátuas, muito perigariam a Soberania Portuguesa na África Oriental e todo o prestígio colonial dos portugueses".²⁹

Mas, este pressuposto levar-nos-á à interrogação sobre qual teria sido o pensamento pessoal de Mouzinho de Albuquerque face à colonização de Moçambique? Ao contrário do que se pretendia fazer crer, não fora à cutilada

²⁵ *Idem.*

²⁶ *Idem.* Vid. também " Quinto Concurso de Literatura Colonial " in *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Abril de 1931, nº 70, pp.98 a 104, especialmente p. 103.

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*, pp. 103 e 104.

aos pretos que passara os dois anos de governação dos destinos de Moçambique não sendo, portanto, para este militar, a resistência dos vátuas e de outras etnias locais o factor primordial que poderia pôr em causa a soberania de Portugal nestas paragens do Índico. O principal perigo, segundo Mouzinho, para a desnacionalização de Moçambique, resultava da burocracia e má administração dos negócios coloniais em Lisboa e colocando o País vulnerável perante a ambição das potências estrangeiras. Neste caso, representadas pela voracidade da Grã - Bretanha e de uma sua aliada no terreno, a União-Sul-Africana, que viam, em Moçambique, o acesso directo ao Oceano Índico. Relativamente aos objectivos "para a efectivação do plano militar e administrativo de Mouzinho muito útil foi a inteligente acção anterior de António Enes e dos homens que o acompanharam na sua missão a Moçambique".²⁹ Este pressuposto também poderá ser considerado válido pois António Enes, no século passado, fora um dos governantes que mais obra reformista deixara na colónia de Moçambique, numa altura em que muito se falava na alienação desta colónia portuguesa da África Austral. Para este governante, este expediente de alienar esta colónia não se deveria pôr, mesmo que esta operação de trespassse pudesse viabilizar financeiramente os encargos que a administração central portuguesa desbaratara com a mesma. Segundo Enes, a viabilização desta verdadeira jóia da Coroa deveria ser feita apostando sobretudo na melhoria das condições da administração pública e com a introdução de capitais financeiros, mesmo estrangeiros, sob a forma de investimentos em companhias majestáticas, para e sempre, debaixo da responsabilidade da soberania portuguesa, poderem arrotear, prospectar e transformar a colónia do estado de estagnação em que se encontrava mergulhada praticamente desde a sua descoberta. Mouzinho de Albuquerque, perante este diagnóstico da situação e depois de concretizada a pacificação dos indígenas, considerava ter as condições ideais para transformar o território conduzindo-o à senda do progresso nas funções de Comissário Régio, com importantes atribuições administrativas delegadas pelo Rei de Portugal, por decreto de 25 de Novembro de 1896. Mas, menos de dois anos passados, em 9 de Julho de 1898, Mouzinho sofrera a humilhação de ver restringidas as suas atribuições com a passagem do lugar de Comissário Régio, entretanto extinto, para o de Governador Geral da Colónia, o que levava ao seu pedido de demissão do lugar, arrastando com esta atitude a maior parte dos governadores de distrito e de outros altos funcionários civis e militares de plena confiança deste alto magistrado de Moçambique.

O persistir nos mesmos erros, nomeadamente na instabilidade das mudanças contínuas de governantes coloniais, em vez de remediar a crise, só a acirrava, levando ao despertar novamente das cobiças das potências imperiais concorrentes e ao alimentar, outra vez, do fogo da resistência por parte das tribos que aceitavam mal a dominação portuguesa. Esta atitude desleal, do governo central, que levava Mouzinho de Albuquerque a desabafar como "o maior defeito da nossa administração, de toda a nossa política, é não ser verdadeira, séria e leal"³¹, levava, também, os premiados, com o 1º prémio, do "Quinto Concurso", da Agência Geral das Colónias, a considerar, num último pressuposto que "a atitude do Estado para Mouzinho de Albuquerque foi um dos maiores erros coloniais (para não dizer crimes) praticados pelo regime monárquico".³² Sendo Julião Quintinha um dos pioneiros da Literatura Colonial, divulgada pelos Concursos instituídos pela Agência Geral das Colónias, desde 1926, acabara assim por contribuir, de modo decisivo, para o despertar do gosto pelas situações e enredos tropicais nas novas gerações de colonialistas. Aliás, o autor tem mesmo um conto, na obra *Novela Africana*³³, que denominara com o sugestivo e oportuno título "como se faz um Colonial", em que se interrogava sobre a dificuldade de convencimento das novas gerações portuguesas, dos inícios do século XX, em deixarem na Europa os sonhos e as utopias românticas, em que o cinema e o mito americano se tornaram uma nova moda. Também, os amigos e as liberdades inúteis dos galãs urbanos, sempre rodeados das *coquettes* e insinuantes companhias femininas, eram atractivos sugestivos para serem trocados por um lugar no desconhecido sertão africano, onde só o trabalho e o perigo esperavam por estes jovens europeus.³⁴ Assim sendo, a personagem "Daniel" desta novela não seria mais do que a transfiguração para o real de Julião Quintinha, que nos idos anos de 1925 também partira para África e numa noite de Consoada, entre Chaimite e Chibuto, no sul de Moçambique, na presença do administrador Toscano, congeminou a forma de literariamente homenagear o militar português, que um dia contribuira para a derrocada

²⁹ *Idem*, p. 104.

³⁰ *Idem*.

³¹ ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Moçambique- 1896-1899*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, p. 364.

³² Vid. "Prólogo" da obra *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque* - "Quinto Concurso de Literatura Colonial" in *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano VII, Abril de 1931, nº 70, p. 104.

³³ QUINTINHA, Julião, *Novela Africana*, Lisboa, Editor Nunes de Carvalho, 1933.

deste império moçambicano indígena. Na opinião de Amândio César, o mais atento estudioso desta Literatura Colonial durante o regime do Estado Novo, o que o cativara nesta obra premiada sobre *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, na homenagem a este herói da cavalaria moderna, foi a narrativa literária que empolgara pela autenticidade, num duelo estilístico entre a prosa superficial da *petite historie* jornalística e a prosa sedimentada pelo fio condutor da história de longa duração. Nesta disputa, entre o presente e o passado, houve a intenção de projectar para as gerações de jovens colonialistas do futuro o paradigma de um modelo de herói da história da ocupação de Moçambique. E de tal maneira original foi a técnica empregue no cerzir desta narrativa literária que conquistara o júri dos prémios de literatura da Agência Geral das Colónias, não só em 1930, como também, nos dois anos anteriores com as obras *OIRO Africano* e *África Misteriosa*.³⁵

A criação destes prémios de literatura, em 1926, pela Agência Geral das Colónias, foi, na opinião do publicista Perier, do jornal belga *La Tribune Congolaise*³⁶, uma forma de Portugal tentar modernizar a sua propaganda colonial, seguindo o exemplo de outras potências vizinhas, para desta forma incentivar e estimular autores e valores que pudessem dar voz às gentes e paisagens das regiões tropicais. Deste modo, o escritor Amândio César, no prefácio à obra *Contos Portugueses do Ultramar*³⁷, acreditava que estes prémios foram um incentivo para todos aqueles que, depois de um árduo trabalho quotidiano, ainda tiveram forças para se dedicarem à criação literária, porfiando como forma de utopia que um Portugal grande e multissecular poderia ser uma forma de inspiração e de compreensão, na vertente ética e estética, dos valores da acção colonizadora ocidental, sobretudo no contacto com outros povos de costumes e usos diferenciados. E ao distinguir aqueles que criavam e investigavam sobre os Trópicos, a Agência Geral das Colónias, na pessoa do seu primeiro Director, Armando Cortesão, concluiu da necessidade de recriar uma Literatura que fosse o catalisador de uma cultura que tivesse como referência a língua portuguesa, mesmo que este projecto, pela sua componente ideológica, adiasse a formação de literaturas autóctones de matriz lusófona.

Num "1º Encontro de Escritores de Angola", realizado na cidade de Sá da Bandeira, entre 19 e 27 de Janeiro de 1963, trinta e sete anos depois da consagração desta literatura ultramarina, os escritores presentes aprovaram, por maioria de votos, a seguinte declaração sobre a "Cultura e Literatura de Angola", antecipando em doze anos, em relação à independência desta colónia, ocorrida em 11 de Novembro de 1975, o assumir público desta matriz africana e ao mesmo tempo, constatavam, também, a referência portuguesa desta mesma literatura: "Em termos gerais, tanto quanto possível também preciosos, a Cultura Angolana é um resultado. Resulta de uma realidade circunstancial africana, que para essa Cultura Angolana concorrem e nela se integram. Nesse longo processo, o típico angolano vem a ser o produto da concorrência das culturas originais. Mas estas, não desaparecendo, permanecem como agentes produtores daquele resultado". E em jeito de conclusão, rematavam: "Literatura Angolana é a expressão, pela palavra escrita, da Cultura Angolana existente".⁽³⁸⁾

Em relação a esta afirmação de identidade dos escritores de Angola, nos primórdios dos anos sessenta, sobre o resultado de uma cultura genuinamente africana, mas também europeia, se poderá afirmar o mesmo para o conjunto das outras literaturas coloniais de expressão portuguesa. Acreditamos que a lusofonia não tenha permanecido somente na língua veicular do antigo colonizador, mas em todo um conjunto de valores psicológicos e sociológicos que retrataram o cadinho cultural de uma dominação que hoje deixou de ter razão de existência histórica, mas não deixou de ser fonte de inspiração ficcional e literária.

³⁴ QUINTINHA, Julião, "Como se faz um Colonial" in *Novela...*, pp. 23 a 134, especialmente, p. 23.

³⁵ A este respeito, Vid. CÉSAR, Amândio "Na Morte de Julião Quintinha" in *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971, pp. 153 e 154, especialmente, p. 154.

³⁶ PERIER, J. D. "Sobre literatura colonial" in *La Tribune congolaise*, transcrito pelo *Boletim da Agência Geral das ...*, Ano III, Junho de 1927, nº 24, pp. 158 e 159, especialmente, p. 159.

³⁷ Vid. CÉSAR, Amândio *Contos Portugueses do Ultramar (Antologia)*, Vol. I (Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe), Porto Portugalense Editora, 1969, p. 7. Vid., também, CIDADE, Hernâni, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina (séculos XV e XVI)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 5 a 10, especialmente pp. 9 e 10. Este livro fora dedicado por Amândio César ao Doutor Armando Zuzarte Cortesão, "Mestre de cartografia e de História Ultramarina e criador dos Prémios Literários que galardoaram os melhores que escreveram e investigaram o território Português do Além - Mar", e, ao Professor Gerald M. Moser, da Universidade da Pennsylvania "Pelo seu amor à criação literária em terras portuguesas do Ultramar".

³⁸ A este propósito Vid. *1º Encontro de Escritores de Angola*, Sá da Bandeira, Publicações Imbondeiro / Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1964. Vid., ainda, ERVEDOSA, Carlos *Itinerário da Literatura Angolana*, Luanda, Editorial Culturang, 1972, p. 127. Também, SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s/ data, sobretudo, o capítulo XII, "Correntes Literárias Contemporâneas - Literatura Ultramarina", pp. 1050 a 1052.